

O SURGIMENTO DAS DENOMINAÇÕES EVANGÉLICAS NO BRASIL E A PRESENÇA NA POLÍTICA

THE EMERGENCE OF THE EVANGELICAL DENOMINATIONS IN BRAZIL AND THE PRESENCE IN POLITICS

Rafael Bruno Gonçalves¹
Graciele Macedo Pedra²

Resumo: A presença dos evangélicos na política brasileira vem obtendo cada vez mais visibilidade nas discussões sobre o lugar da religião no espaço público. Acompanhando o crescimento das igrejas evangélicas no Brasil, sobretudo as neopentecostais, o quadro atual de pesquisas voltadas para este tema evidenciou um aumento significativo, principalmente nas análises direcionadas para a compreensão das mudanças que ocorreram em torno da inserção religiosa na esfera política, onde os evangélicos passaram a adquirir maior visibilidade em outros espaços públicos, saindo da esfera do privado. Fé e política, em algumas circunstâncias, tornam-se sinônimos. Os evangélicos passaram a se constituir não mais como grupo contrário aos assuntos de ordem política, mas sim como segmento em conformidade com o discurso rigorosamente político, passando a compor desde 2003 a Frente Parlamentar Evangélica Este artigo, a partir de uma pesquisa documental como técnica e fonte de coleta de dados, pretende apresentar um panorama sobre esta inserção, acompanhando o surgimento e o crescimento deste segmento religioso no Brasil e suas mudanças. O presente trabalho também visa a trazer uma contribuição para as pesquisas voltadas para as metamorfoses do perfil dos políticos evangélicos, a participação e a expansão deste ator religioso, com a finalidade de avaliar a inserção evangélica na classe política brasileira.

Palavras-chave: Religião; Política; Legislativo; Frente Parlamentar Evangélica.

Abstract: The presence of evangelicals in Brazilian politics has been gaining more and more visibility in discussions about the place of religion in public space. In keeping with the growth

Artigo submetido em 25/08/2017. Aprovado em 02/10/2017.

¹ Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com período sanduíche (2015) na *Universitat Autònoma de Barcelona* (UAB). E-mail: rafaelbruno1980@gmail.com

² Graduada em Letras Português e suas respectivas literaturas pela Universidade Federal de Pelotas (2015). Atualmente é pós-graduanda em Linguagens Verbo/visuais e Tecnologias no Instituto Federal Sul-rio-grandense (Campus Pelotas) – IFSul. E-mail: pedragraciele86@gmail.com

of the evangelical churches in Brazil, especially the Neopentecostals ones, the current research framework has shown a significant increase, mainly in the analysis directed to the understanding of the changes that have occurred around the religious insertion in the political sphere, where evangelicals began to acquire greater visibility in other public spaces, leaving the sphere of the private one. Faith and politics, in some circumstances, become synonymous. Evangelicals started to be constituted not as a group opposed to political issues, but as a segment in accordance with the strictly political discourse, beginning to compose since 2003 the Evangelical Parliamentary Front. This article, from a documentary research as a technique source of data collection, intends to present a panorama on this insertion, following the Emergence and growth of this religious segment in Brazil and its changes. The present work also aims to contribute to research on the metamorphoses of the profile of evangelical politicians, the participation and expansion of this religious actor, in order to evaluate the evangelical insertion in the Brazilian political class.

Keywords: Religion; Politics; Legislative; Evangelical Parliamentary Front.

Introdução

Os dados apresentados nos últimos censos populacionais demonstraram o crescimento do número de fiéis evangélicos no Brasil, um país de maioria católica. O que identifica essas igrejas é a forma como se apresentam diante da sociedade, a atitude de suas lideranças, sobretudo dos pastores, pela adoção de um conjunto de valores, hábitos e crenças baseado na “evangelização”, como se fossem os mensageiros oficiais e propagadores do que está escrito na Bíblia, difundindo a mensagem cristã, considerada por eles como a única palavra. Para muitas denominações evangélicas, ao longo do tempo, essa forma de transmitir a mensagem contida na Bíblia foi se convertendo, adquirindo novos aspectos, conforme alegam as lideranças evangélicas, buscando entender as novas necessidades, tentando acompanhar as transformações que ocorrem na sociedade. Essas mudanças, em virtude do crescimento da população evangélica e do declínio do número de católicos, causaram novos efeitos na politização deste segmento e também no deslocamento das questões de natureza política para outros âmbitos do social.

Muitos adeptos da pregação do Evangelho cristão alegam que o trabalho exercido dentro de uma igreja representa um trabalho de engajamento no que consideram uma justa caminhada para “o despertar da fé” das pessoas, na busca do avivamento, desempenhando uma batalha espiritual que pretende levar a mensagem da salvação, inclusive na política institucional. Todavia, vale lembrar que estas são ações que sempre desempenham algum tipo de proselitismo religioso.

Clara Mafra (2001) comenta que, no caso brasileiro, um motivo para investigar o cenário religioso no país é que esse segmento evangélico ainda se identifica, e é identificado, como “um povo missionário e cristão” (MAFRA, 2001, p. 11). Para a autora, enquanto muitas outras tendências oriundas do cristianismo contemporâneo procuram vivenciar uma diminuição de sua estratégia missionária, os evangélicos, nas suas diversas divisões, inclinam-se para experimentar o processo inverso. Porém, levando em consideração as metamorfoses que ocorreram na forma como as igrejas evangélicas pregam a salvação e a forma de intervenção no mundo, Mafra também afirma que no Brasil ocorreu uma “releitura singular da mensagem cristã por pessoas que continuam se identificando como evangélicas” (MAFRA, 2001, p. 12).

As próximas páginas serão dedicadas à exposição de um panorama histórico sobre estas transformações teológicas que os evangélicos estiveram e a que ainda estão submetidos. O propósito é compreender o conjunto de crenças e práticas sustentadas por estas vertentes religiosas, as discrepâncias identificadas, especialmente em torno dos dogmas confessionais, e a forma como estas denominações se radicaram no país. O presente trabalho também pretende evidenciar o crescimento da participação dos evangélicos na política desde a redemocratização, tema que vem chamando cada vez mais a atenção de pesquisadores no campo das Ciências Sociais e de outras áreas de conhecimento.

Este artigo utiliza como técnica de análise a pesquisa documental. Dados estatísticos, documentos oficiais da Frente Parlamentar Evangélica no momento da sua fundação e outras fontes bibliográficas representam a base de dados aplicada na pesquisa. Sobre as seções, o trabalho está dividido da seguinte forma: inicialmente será realizado um breve panorama sobre a chegada dos protestantes no Brasil e o crescimento do pentecostalismo. Após esta exposição, será feita uma discussão sobre o início da inserção evangélica na política brasileira, e, por fim, serão apresentadas algumas considerações finais acerca do assunto, notoriamente sem o propósito de esgotar o tema.

1. A chegada dos protestantes e a eclosão pentecostal

Diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, país com maior número de protestantes, no Brasil, o termo *evangélico* é utilizado para se referir tanto às denominações protestantes históricas — Luterana, Metodista, Batista, Presbiteriana, Episcopal,

Congregacional etc. — quanto às pentecostais — Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular, Deus é Amor, O Brasil para Cristo, Casa da Bênção, Nova Vida, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional do Reino de Deus etc. (PIERUCCI; MARIANO, 1992). Autores que se preocupam com o tema da religião, na maioria das vezes, diferenciam os evangélicos em duas categorias: protestantes históricos e pentecostais.

Os protestantes históricos surgiram na Europa, mais precisamente entre a Reforma Protestante do século XVI e o final do século XX. Os pentecostais surgiram nos Estados Unidos nos primórdios do século XX (NOVAES, 1998) e tiveram como referência religiosa o metodismo wesleyano e o movimento *holiness*, que, entre outros aspectos, enfatiza a santificação do Espírito Santo, o falar em línguas e os estados de êxtase. A divisão do segmento evangélico neste artigo obedecerá à classificação apresentada por Paul Freston (1993) na sua tese de doutorado³ e depois aperfeiçoada por Clara Mafra (2001) e Ricardo Mariano (2012), entendendo que o pentecostalismo no Brasil se divide em três ondas: o pentecostalismo clássico, que surgiu na década de 1910; o deuteropentecostalismo⁴, que começou entre os anos 50 e 60 (MARIANO, 2012); e o neopentecostalismo, cujo começo é no final dos anos 70.

Apesar das diferenças internas entre os pentecostais, eles partilham a crença de uma segunda e súbita vinda de Cristo e de que possuem o acesso diário aos dons e carisma do Espírito Santo (NOVAES, 1998). As igrejas protestantes históricas são aquelas consideradas como herdeiras mais diretas da Reforma como, por exemplo, os luteranos, metodistas, presbiterianos e batistas. Historicamente, a vinda dos primeiros protestantes no Brasil teve início a partir de 1555, com as ocupações francesas. Já no século XVII, o protestantismo retornou com os holandeses, contudo, nenhuma dessas passagens ocasionou no estabelecimento desta religião no Brasil (GERTZ, 2001). Até 1810 o catolicismo era a única religião oficial no país. O primeiro grupo de protestantes que se estabeleceu de forma definitiva foi o dos luteranos, que, a partir de 1819, chegaram ao Brasil através da imigração alemã. Em 1824 chegam os primeiros grupos de imigrantes alemães, a maioria luteranos, e se estabelecem especialmente no Rio Grande do Sul. Neste mesmo ano, é promulgada a

³ Na sua tese intitulada “*Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment*”, de 1993, Freston realiza uma análise pioneira sobre a atuação dos evangélicos na política brasileira.

⁴ Ricardo Mariano utiliza o radical grego *deutero* (encontrado no título do quinto livro do pentateuco) que representa uma nomenclatura apropriada para o segundo ou segunda onda pentecostal (MARIANO, 2012).

Constituição do Império do Brasil, que estabelece, no seu artigo 5º que “a religião católica romana continuará a ser a religião oficial do Império”⁵.

A primeira onda do pentecostalismo chegou ao país através de dois missionários suecos, Gunnar Vingren e Daniel Berg, que, expulsos da Igreja Batista, fundaram a Igreja Assembleia de Deus, em Belém no Pará, no ano de 1911 e, concomitantemente, através da Igreja Congregação Cristã no Brasil, fundada por um italiano ex-presbiteriano, Louis Francescon, na cidade de São Paulo, em 1910. Embora sejam missionários europeus, a conversão destes três foi realizada nos Estados Unidos, país de onde vieram com a missão de evangelizar os brasileiros (MARIANO, 2012).

As duas igrejas demonstravam um perfil anticatólico e sectário, associado ao comportamento ascético de rejeição do mundo e na ênfase no dom de falar em línguas estranhas, a glossolalia (MARIANO, 2012). A Congregação Cristã, além de evidenciar um perfil de isolamento das demais igrejas e organizações pentecostais, procurou manter-se mais fiel à conduta sectária, adotando também uma postura apolítica através da defesa intransigente da separação entre Estado e religião. A Assembleia de Deus apresentava uma postura diferente, visto que evidenciava uma maior disposição para adaptar-se às transformações que estavam em processo no pentecostalismo e na sociedade.

Acerca da doutrina religiosa, a Assembleia de Deus é uma denominação que desde os primórdios da sua fundação não oculta a ruptura que realizou com as demais igrejas evangélicas. Essa prática é apoiada pelo trabalho de reinterpretação da Bíblia, mais precisamente no interesse à figura do Espírito Santo na Trindade, levando também em consideração a unidade orgânica da denominação. Neste aspecto, os assembleianos inspiram-se na seguinte passagem da Bíblia, adotada enquanto provérbio que orientará a coesão da igreja.

12 Porque assim como o corpo é um e tem muitos membros, e todos os membros, sendo muitos, constituem um só corpo, assim também com respeito a Cristo.

13 Pois, em um só Espírito, todos nós fomos batizados em um corpo, quer judeus, quer gregos, quer escravos, quer livres. E a todos nós foi dado beber de um só Espírito.

14 Porque também o corpo não é um só membro, mas muitos.

⁵ Ver a relação entre a Constituição de 1824 e o protestantismo durante o Império em: COSTA, Hermisten Maia Pereira de. *A influência da Constituição de 1824 na implantação do protestantismo no Brasil*. Dissertação de mestrado, São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 1999.

27 Ora, vós sois corpo de Cristo; e, individualmente, membros desse corpo.
28 A uns estabeleceu Deus na igreja, principalmente, apóstolos; em segundo lugar, profetas; em terceiro lugar, mestres; depois, operadores de milagres; depois dons de curar, socorros, governos, variedades de línguas.
(NOVO TESTAMENTO, CORÍNTIOS, Capítulo 12, p. 1162-1163, 2010)

Com relação à doutrina que regulamenta a organização interna, os assembleianos enfatizam que a Igreja representa um “Corpo”, uma congregação imbuída de uma finalidade — a salvação —, pois ela é habitada por Deus e pretende demonstrar o amor e a compaixão, através do trabalho de pregação do Evangelho seguindo os preceitos das escrituras sagradas. Respeitando a sua conduta proselitista, a Assembleia de Deus cresceu e rapidamente espalhou-se por todo o Brasil, no primeiro momento através dos avanços de migração entre Norte e Nordeste, em seguida com o término do ciclo da borracha, da região Norte para o Sudeste. Dessa forma, acompanhando os fluxos do público trabalhador, a Assembleia de Deus consolidou-se como a maior igreja pentecostal no país em pouco tempo (MAFRA, 2001).

Como demonstra o Censo 2010 do IBGE, a Assembleia de Deus possui mais de 12 milhões de seguidores⁶. A Igreja também apresenta um perfil bastante descentralizado, compreendendo diferentes vertentes que não se relacionam harmonicamente, principalmente através do papel desempenhado pelas suas lideranças. A Assembleia de Deus Ministério de Belém é a que apresenta um perfil mais tradicional e conservador. Seu líder é o pastor José Wellington Bezerra da Costa, presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), primeira entidade que representa a denominação em nível nacional. Outro ramo da Assembleia de Deus é a Convenção Nacional das Assembleias de Deus – Ministério Madureira (CONAMAD), liderada pelo bispo Manoel Ferreira. Entre as vertentes citadas, a CONAMAD é a que possui maior adesão das Assembleias (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012). Existe também a Assembleia de Deus Vitória em Cristo, comandada pelo pastor Silas Malafaia, a Assembleia de Deus em Belém do Pará, liderada pelo pastor Samuel Câmara, a Assembleia de Deus Bom Retiro, conduzida pelo pastor Jabes Alencar e Assembleia de Deus Catedral do Avivamento, presidida pelo pastor e deputado federal Marco Feliciano, em São Paulo.

⁶ Ver Gráfico 3.

O segundo tipo de igrejas pentecostais que surgiram no Brasil foram as deuteropentecostais, que começaram a ser implementadas na década de 1950, no momento em que dois missionários dos Estados Unidos criaram, em São Paulo, o movimento Cruzada Nacional de Evangelização, movimento que marcou o novo estilo de pregação, através da instalação de tendas que circulavam pelas cidades do interior de São Paulo, e que se expandiu para outras regiões do país, acelerando o crescimento do pentecostalismo. Em 1951 foi fundada a igreja do Evangelho Quadrangular na cidade de São João da Boa Vista, no estado de São Paulo. Foi Harold Edwin Willians, missionário da Igreja Internacional do Evangelho Quadrangular, que, após diversas tentativas missionárias fracassadas pelo interior do estado, decidiu realizar um jejum. Após o jejum, o missionário alegou ter tido uma visão: a do seu colega de confissão Raymond Boatright pregando para multidões no Brasil (MAFRA, 2001). Foi através deste movimento que teve início a evangelização focalizada na pregação da cura divina, processo que atraía multidões de seguidores. A “ofensiva” buscava propagar os quatro princípios fundamentais da Igreja Internacional do Evangelho Quadrangular: Jesus Salva, Jesus Batiza, Jesus Cura e Jesus Voltará. Os princípios foram baseados nas declarações de fé de Aimée Semple McPherson, a evangelista considerada fundadora da Igreja, em 1923, em Los Angeles.

Preocupados com a evangelização direcionada para as massas, os deuteropentecostais foram pioneiros no trabalho de difusão do evangelismo através da rádio, do evangelismo itinerante realizado ao abrigo de tendas de lona e de concentrações de fiéis em lugares públicos (MARIANO, 2012). Segundo Mariano, os métodos inovadores e eficientes desempenhados pelos membros da Igreja do Evangelho Quadrangular em pouco tempo

atraíram, além de fiéis, pastores de outras confissões evangélicas, milhares de indivíduos de estratos mais pobres da população, muitos dos quais migrantes nordestinos. Causaram escândalo e reações adversas por toda a parte. Mas, ao chamarem a atenção da imprensa, que os ridicularizava e os acusava de charlatanismo e curandeirismo, conseguiram pela primeira vez dar visibilidade a este movimento religioso no país. Com o êxito de sua missão, provocaram a fragmentação denominacional do pentecostalismo brasileiro, que, até então, praticamente contava só com Assembleia de Deus e Congregação Cristã

(MARIANO, 2012, p. 30)

As práticas verificadas nas campanhas da cura divina da Igreja do Evangelho Quadrangular logo começaram a ser adotadas por outras igrejas que surgiram no mesmo período, como a Igreja Pentecostal Brasil para Cristo, fundada em São Paulo no ano de 1955; a também paulista Deus é Amor criada em 1962; e a Casa da Bênção, fundada em 1964 em Belo Horizonte. Ao passo que a Brasil para Cristo, conduzida pelo pastor Manoel de Mello, buscava atrair os setores das camadas mais populares, a Deus é Amor, liderada por David Miranda, procurava atrair um público situado na classe média.

A terceira onda, denominada neopentecostal, é representada pelas igrejas que surgiram na segunda metade dos anos de 1970. Foi um movimento que garantiu forte visibilidade e se fortaleceu nas décadas posteriores. São consideradas igrejas neopentecostais a Igreja Universal do Reino de Deus, fundada em 1977 no Rio de Janeiro; a Igreja Internacional da Graça de Deus, fundada em 1980 também no Rio de Janeiro; a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, fundada em 1976 em Goiás; a Igreja Renascer em Cristo, fundada em 1986 em São Paulo; e a Igreja Mundial do Poder de Deus, fundada em 1998 em São Paulo. Trata-se de igrejas fundadas por pastores brasileiros, constituindo essas as principais denominações neopentecostais no Brasil.

Sua teologia está caracterizada pela ênfase no combate espiritual contra o “diabo”, pela pregação da Teologia da Prosperidade, crença que afirma que o cristão deve ser próspero, saudável, feliz e vitorioso, através do pagamento de dízimos, em seus empreendimentos terrenos, pela liberalização dos usos e costumes, tradicionais símbolos de conversão e pertencimento ao pentecostalismo e pela estrutura empresarial (MARIANO, 2004). Contudo, como observa Mariano, não são todas as igrejas que surgiram em meados dos anos 70, situadas dentro da terceira onda, que podem ser enquadradas como neopentecostais, uma vez que nem todas apresentam as mesmas características desta vertente pentecostal. O que justifica, segundo o autor, a divisão entre pentecostalismo clássico e deuteropentecostalismo é o intervalo histórico-institucional, ou seja, os mais de quarenta anos que separam as duas ondas.

Com relação ao pentecostalismo, são consideradas as questões sobre a doutrina e o comportamento, suas ousadas formas de inserção no meio social e seu *ethos* de afirmação no mundo (MARIANO, 2012). Desse modo, como afirma Mariano, tais características não compõem o conjunto de regras e as doutrinas de todas as religiões criadas desde então, como, por exemplo, as dissidências da Assembleia de Deus, Congregação Cristã e Igreja do

Evangelho Quadrangular, pois nestes casos elas não tendem a adquirir características de igrejas neopentecostais. Em muitos casos, elas procuram manter vínculos com as antigas doutrinas e repetem as mesmas práticas oriundas do pentecostalismo clássico.

As igrejas neopentecostais são influenciadas pela Teologia da Prosperidade, doutrina religiosa formulada nos Estados Unidos por Kenneth Hagin e difundida por pregadores como Thomas Lee Osborn, Gordon Lindsay e Fred Price. Diversos livros desses pregadores norte-americanos foram traduzidos e lançados por editoras de igrejas neopentecostais brasileiras. A Teologia da Prosperidade, também chamada de *Health and Wealth Gospel*, *Faith Movement*, *Faith Prosperity Doctrines*, *Positive Confession*, surgiu na década de 40 e abarca as crenças sobre a cura, poder da fé e prosperidade. Porém, ela só vai se consolidar enquanto movimento religioso nos anos 70, momento que encontrou acolhimento nos grupos de evangélicos carismáticos norte-americanos, adquirindo maior visibilidade e receptividade, inclusive entre outras vertentes cristãs (MARIANO, 2012).

No neopentecostalismo, a fé representa um pacto estabelecido por Cristo, constituindo um elemento crucial para se alcançar os objetivos através das bênçãos. É através da fé que o cristão pode adquirir tudo que não for determinado verbalmente em nome de Cristo, contanto que o crente não entre em conflito com a moralidade contida nos ensinamentos bíblicos. Saúde, cura de doenças, prosperidade em termos materiais, vitória sobre as “forças diabólicas”, uma vida feliz e repleta de conquistas, ou seja, os “direitos” do cristão prometidos na Bíblia, simbolizam entre as bênçãos mais declaradas pelos evangélicos (MARIANO, 2012).

Igrejas como a Universal do Reino de Deus e a Internacional da Graça de Deus, fundadas por Edir Macedo e Romildo Ribeiro Soares respectivamente, utilizam e buscam aperfeiçoar as crenças e práticas da Teologia da Prosperidade, cada uma ao seu modo. Com relação ao trabalho dos pregadores neopentecostais que seguem as instruções dessas lideranças, estes afirmam que a prosperidade financeira deve ser apresentada como prova de que o crente obedece aos desígnios de Deus com a sua fé:

só não é próspero financeiramente, saudável e feliz nessa vida quem carece de fé, não cumpre o que diz a Bíblia a respeito das promessas divinas e está envolvido, direta ou indiretamente, com o Diabo. A posse, a aquisição e exibição de bens, a saúde em boas condições e a vida sem maiores problemas ou aflições são apresentados como provas da espiritualidade do fiel

(MARIANO, 2012, p. 157)

Nos primórdios, a Igreja Universal priorizava as questões da cura do sofrimento através da fé. Contudo, o estilo agonístico, de enfrentamento, que a religiosidade adquiriu, capaz de garantir uma capacidade de interlocução excepcional para uma denominação religiosa, foi-se fortalecendo aos poucos (MAFRA, 2001). Dando ênfase para a questão do sofrimento, assim como as religiões de matriz africana, o neopentecostalismo escolheu exatamente essas religiões como “endemoninhadas”, já que, para os bispos e pastores da Universal, nos terreiros idolatra-se “Satanás”.

Aos poucos, as igrejas neopentecostais, principalmente a Igreja Universal do Reino de Deus, passaram a seguir uma prática mais voltada para a luta, em situações que beiram a hostilidade contra outras religiões que constituem o polo antagônico no imaginário neopentecostal. A umbanda e o candomblé possuem razões indiscutíveis para temer a expansão do novo pentecostalismo, uma vez que o propósito da guerra espiritual estabelecida contra as religiões de matriz africana é, “além de converter os adeptos das religiões adversárias, fechar centros espíritas, tendas de umbanda e terreiros de candomblé existentes ao redor dos templos crentes” (MARIANO, 2012, p. 117). Para os representantes deste novo pentecostalismo, céu e inferno estão em um permanente duelo. Contudo, Mafra (2001) adverte que a Universal não concentrou os seus ataques somente à umbanda e ao candomblé, suas investidas também foram dirigidas contra a Igreja Católica, justificando que os católicos, através do culto aos santos, realizam idolatria.

Em termos organizativos, a Igreja Universal estrutura-se como um corpo de funcionários, assumindo uma hierarquia semelhante ao modelo empresarial, com pastores e obreiros preparados e orientados para ascender na carreira dentro da denominação, como se estivessem no interior de uma empresa. Acerca desse aspecto, a Universal apresenta as seguintes características:

Ao contrário da ênfase assembleiana na autonomia e personalidade do pastor e na criação de uma rede de pequenas comunidades morais ligadas

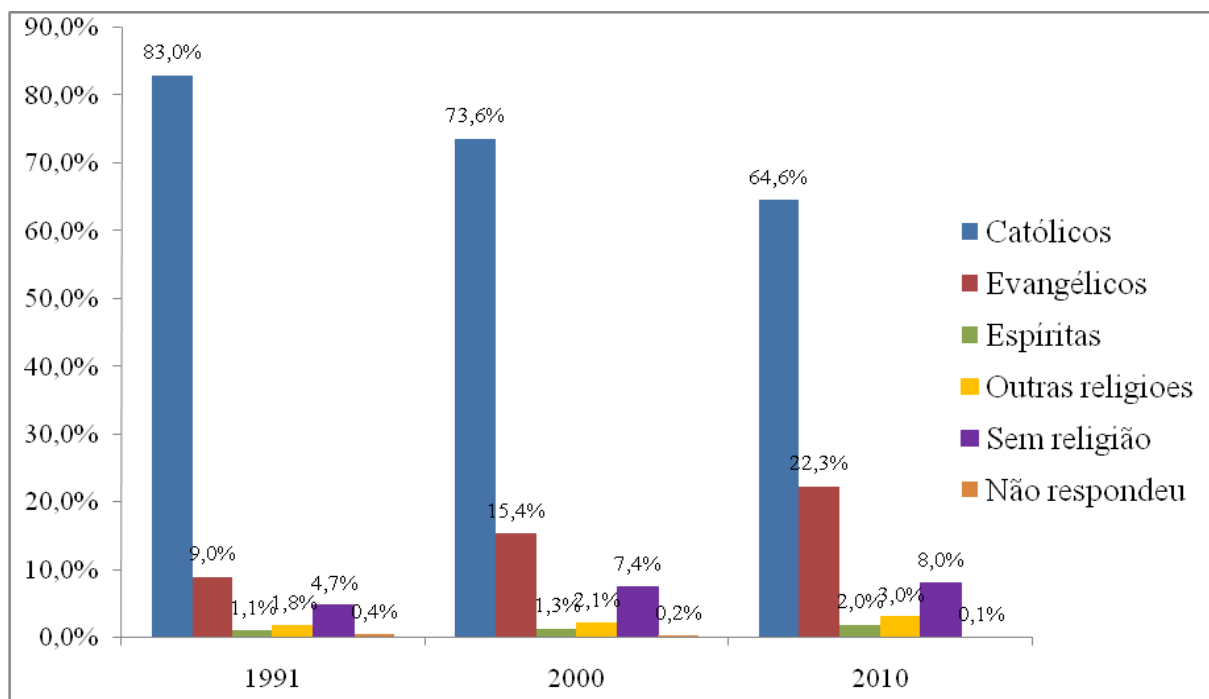
ao lugar, o pastor da Universal é visto principalmente como um funcionário de uma instituição que tem um papel fundamental em termos escatológicos, isto é, na consumação do tempo e da história. Esses pastores, bem como os “obreiros” e “obreiras”, são selecionados segundo seu carisma e seu dom de oratória, num reconhecimento da graça dada ao indivíduo, mas que só ganhará valor se aceita pela lógica institucional
(MAFRA, 2001, p. 43-44)

Os pastores que já alcançaram um *status* de liderança e influência na Igreja Universal muitas vezes ostentam o estilo de vida burguês diante dos pastores e obreiros que estão começando a carreira na denominação. A tática desperta em muitos desses membros, na maioria das vezes de origem humilde, o desejo de alcançar o mesmo *status* identificado nos pastores presidentes, ou seja, uma “vida em abundância”, em harmonia com a doutrina da prosperidade.

O crescimento da Universal nos diversos estados e países deve-se muito ao trabalho de evangelização desempenhado principalmente pelas obreiras e obreiros, que buscam, através da distribuição de jornais e panfletos, convidar os transeuntes a frequentar suas igrejas. A Universal, orientada pela Teologia da Prosperidade e a Teologia do Domínio, busca atrair frequentadores, prometendo a cura de enfermidades, a solução de problemas financeiros, conjugais e espirituais, estimulando também os seus fiéis na busca pelo desenvolvimento de um perfil empreendedor, seguindo a lógica empresarial interna da igreja e o pagamento fiel dos dízimos. Atualmente, a Igreja Universal possui templos em 180 países. Edir Macedo é dono da Rede Record e diversas rádios. Suas edificações, localizadas nas grandes cidades, são colossais e atraem milhares de fiéis, tomando como exemplo o Templo da Glória do Novo Israel, também chamado Templo Maior, no bairro Del Castilho, no Rio de Janeiro, e o Templo de Salomão, localizado no distrito do Brás, em São Paulo, considerado a sede mundial da Igreja Universal.

Utilizando como fonte os dados obtidos nos últimos censos populacionais realizados pelo IBGE, as informações que serão apresentadas a seguir mostram a representação do segmento evangélico no Brasil nos últimos anos. Tais informações auxiliarão na compreensão do crescimento dessas igrejas comparando com as outras religiões.

Gráfico 1: Distribuição das religiões (% da população brasileira 1991-2010). Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010)⁷.



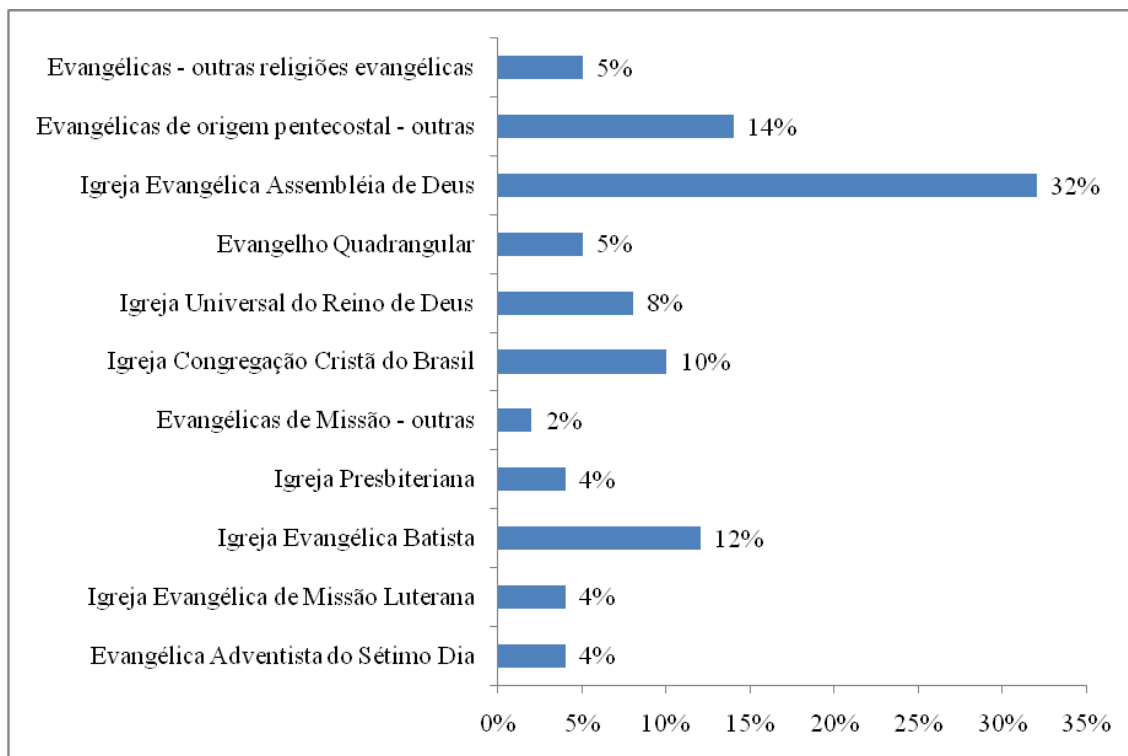
Como demonstra o gráfico 1, nos últimos anos ocorreu um declínio do catolicismo acompanhado de um aumento significativo de evangélicos. Essa queda dos católicos seguida da ascensão dos evangélicos repercutirá também na política, tema da próxima seção deste artigo.

O termo evangélico utilizado no recenseamento recobre as denominações protestantes de missão, de origem pentecostal e não determinadas. Outro dado levantado que deve ser destacado é o crescimento tímido dos “sem religião” nas últimas pesquisas.

Os gráficos a seguir mostram com maiores detalhes a distribuição das igrejas evangélicas no Brasil, compreendendo os dois últimos censos realizados, ou seja, 2000 e 2010. Sobre este aspecto, por não conter uma apresentação pormenorizada das diversas denominações evangélicas que compõem o contexto religioso brasileiro, o censo sobre as religiões realizado em 1991 não será exposto para fins desta pesquisa.

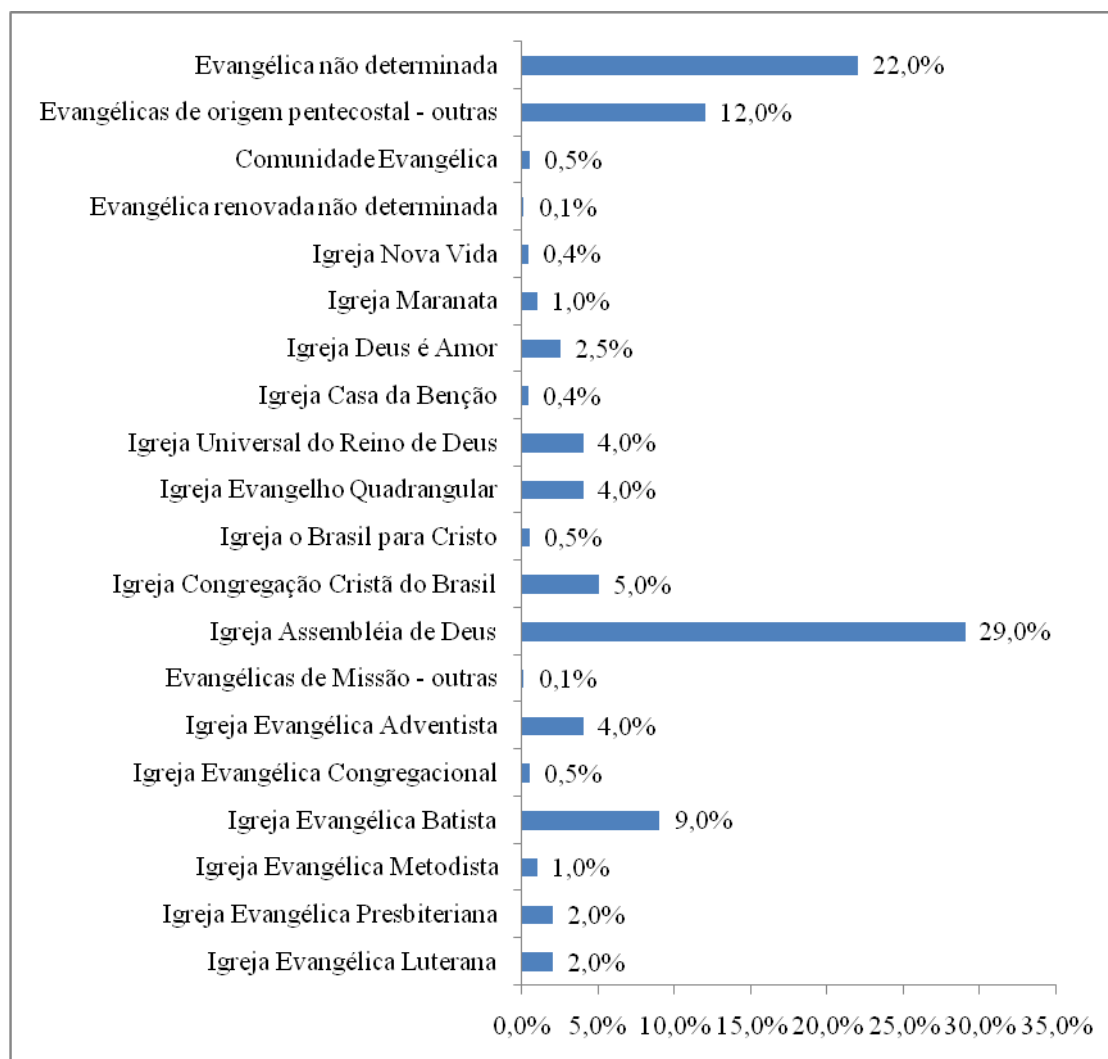
⁷ Por ter sido identificado um predomínio quase absoluto do catolicismo nos recenseamentos gerais apresentados antes de 1991, optou-se por inserir na pesquisa apenas os últimos três censos realizados.

Gráfico 2: População de evangélicos por denominação religiosa (2000). Fonte: Censo IBGE, 2000.



Os números do gráfico 2 demonstram o predomínio da Igreja Assembleia de Deus, com uma população de 8.418.140 (32%). Em segundo lugar encontram-se as outras igrejas de origem pentecostal, com 3.647.303 membros (14%), e em terceiro, a Igreja Evangélica Batista, com uma população de 3.162.691 (12%), configurando como a única igreja protestante de missão que ultrapassa 10% da população religiosa. O gráfico 2 também apresenta a baixa adesão de membros daquelas religiões oriundas do protestantismo histórico, como os luteranos e os presbiterianos.

Gráfico 3: População de evangélicos por denominação religiosa (2010). Fonte: Censo IBGE, 2010.



O gráfico 3 ajuda a compreender melhor a diversidade religiosa brasileira, uma vez que são apresentados números mais detalhados sobre as diferentes denominações protestantes e pentecostais que estão presentes na sociedade. No que concerne aos dados, através dos números do Censo 2010, novamente é possível identificar o predomínio da Assembleia de Deus, com uma população de 12.314.410 (29%). Em segundo lugar surgem os evangélicos não determinados com 9.218.129 (22%); em terceiro, os membros de outras igrejas de origem pentecostal, com uma população de 5.267.029 (12%). Um dado que deve ser destacado é a diminuição do número de fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus. Em 2000 a denominação possuía 2.101.887 membros (8%), em 2010 a população foi de 1.873.243 membros (4%). Apesar do avanço significativo do número de evangélicos no Brasil, o mesmo não acontece com a Igreja Universal, visto que a denominação vem perdendo seus adeptos para outras igrejas, principalmente para as pentecostais.

2. Primórdios da inserção evangélica na política brasileira

“Os cristãos não devem apenas discutir, mas principalmente procurar participar de modo a colaborar para a desenvoltura de uma boa política nacional, e, sobretudo, com o projeto de nação idealizado por Deus para o Seu povo” (MACEDO; OLIVEIRA, 2008, p. 25)

É com essas palavras que o bispo e fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo, fundamenta a sua obra “Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política”. Nas páginas do seu livro, Macedo procura esclarecer aos cristãos os temas da política a partir de um ponto de vista bíblico e técnico. Para o bispo, só através do conhecimento da política, inclusive com a sapiência filosófica, é que todos conseguirão compreender o projeto de poder elaborado por “Deus para o povo”. Contudo, o autor adverte que o objetivo expresso na sua obra não é incitar um regime teocrático, pois Macedo sabe que o Estado brasileiro é laico e o direito à liberdade de crença é assegurado na Constituição Federal. Seu intento é despertar o potencial da população com o que chama de propostas sérias, progressistas e inovadoras (MACEDO; OLIVEIRA, 2008).

Justifica-se o início desta seção com a exposição de alguns pontos de vista de Macedo pela seguinte razão: nunca na história do Brasil os evangélicos, sobretudo os pentecostais, estiveram tão imbuídos de participar na política, chegando ao ponto de lançarem livros⁸ cujo propósito é orientar os fiéis diante dos seus desígnios. A política interessa de tal maneira que as suas lideranças, no auge de um discurso mundano, passam a utilizar as mais diversas justificativas voltadas para a convocação dos eleitores evangélicos, considerados como um “gigante adormecido”, ao mesmo tempo em que é realizado um alerta para a importância da mobilização deste segmento, do inconformismo diante das mazelas oriundas da má condução da política e do consenso em torno de um único propósito: o estabelecimento do governo do “povo de Deus”.

Retornando ao conteúdo da obra, entre outros aspectos sustentados por argumentos bíblicos amiúde, Macedo adverte que os evangélicos não devem desperdiçar o voto, e sabe que este segmento religioso possui a capacidade de decidir qualquer eleição. Todavia, é uma

⁸ O livro de Macedo não é a primeira publicação escrita por um pentecostal cujo propósito é alertar a comunidade evangélica sobre o envolvimento na política. Em 1986, o membro da Assembleia de Deus, escritor e assessor no Senado Federal, Josué Sylvestre, lançou o livro *Irmão vota em Irmão*. Repleto de justificativas bíblicas, a obra procura convencer os eleitores evangélicos a votarem em candidatos também evangélicos (FRESTON, 1994), mostrando a importância da participação deste segmento religioso na política.

capacidade que vai depender muito da cultura cívica, do engajamento e mobilização dos fiéis. Os religiosos não devem apenas discutir; eles precisam participar, trabalhando para o desenvolvimento daquilo que o bispo considera como a “boa política”, respeitando o projeto de nação arquitetado por Deus para o povo. Ainda sobre a política, Macedo defende que esta não deve ser pensada apenas pelo enfoque partidário, com os seus antagonismos. A política deve ser entendida como um jogo de poder, no qual cada jogador precisa conhecer e desempenhar certas habilidades, sabendo discernir no momento da disputa quais são as estratégias mais eficazes para conseguir a vitória.

Para Macedo, os evangélicos possuem um compromisso com a consolidação da democracia, assim, eles precisam se envolver nos temas relacionados à cidade, ao país, ao estado onde vivem, reconhecendo que o grande “projeto de Deus”, como afirma o autor, exige uma maior responsabilidade nessas questões. Os votos deste segmento religioso são movidos por dois interesses: “o interesse dos próprios cristãos em ter representantes genuínos e o interesse de Deus que Seu projeto de nação se conclua” (MACEDO; OLIVERA, 2008, p. 123). Resumidamente, esses são os principais pontos explorados por Macedo em *Plano de Poder* que introduzem o tema desta seção, aspectos esses que serão tratados pormenorizadamente nas próximas páginas, sobretudo com relação ao envolvimento dos evangélicos no legislativo federal no Brasil e as interfaces entre política e religião.

Os evangélicos brasileiros até o início dos anos 80 apresentavam uma postura de autoexclusão deliberada da participação político-partidária. Entre 1889 e 1930, durante a República Velha, a presença dos protestantes no Congresso é quase nula. A maioria dos protestantes é constituída apenas por luteranos, sendo boa parte composta por monarquistas que decidiram se isolar na República (FRESTON, 1994). Porém, na literatura especializada (FRESTON, 1994; ORO, 2006; CAMPOS, 2006), existem registros sobre esta presença durante a Primeira República, mais precisamente, nos seguintes estados: São Paulo, o presbiteriano Francisco Augusto Pereira, quando foi eleito prefeito de Lençóis Paulista, e o senador protestante Alfredo Ellis (1850–1925); Rio de Janeiro, com o senador presbiteriano Érico Coelho (1849-1922); Mato Grosso, com a eleição do deputado federal batista Luiz Alexandre de Oliveira; Bahia, com o senador batista Joaquim Nogueira Paranaguá (1855–1926); Pará, com o vice-governador presbiteriano Antônio Teixeira Gueiros; e Ceará, com a eleição do Pastor presbiteriano Natanael Cortez.

Durante o período em que Getúlio Vargas governou o país, surgiram novas possibilidades decorrentes da mobilização política dos evangélicos em resposta ao estreitamento das relações entre a Igreja Católica e o Estado, única beneficiária do Golpe de 1930. Tendo em vista as ambições do clero católico e as novas possibilidades abertas com o novo Código Eleitoral de 1932, os evangélicos, articulados em torno de uma confederação, decidem lançar um Memorial, que, entre tantos outros pontos, menciona a defesa do parlamentarismo, o voto secreto, a laicidade do Estado e do ensino e a não realização de eleições aos domingos (FRESTON, 1994). O documento convoca a união dos evangélicos, e que os mesmos se façam ouvir nos espaços políticos, sobretudo na Assembleia Constituinte.

Nunca houve outro pronunciamento político tão abrangente por parte de um grupo representativo de líderes evangélicos brasileiros. As ambições católicas e a admiração de segmentos católicos pelo fascismo impulsionaram os autores do Memorial em direção a um esquerdismo moderado. Vemos a mesma postura (sobretudo inicialmente) no primeiro grande político protestante, Guaracy Silveira.

(FRESTON, 1994, p. 21)

Foi também a partir da Constituinte de 1933-34 que ocorreu a estreia do chamado “político evangélico”, através da eleição do paulistano e pastor metodista Guaracy Silveira para o parlamento, candidato do Partido Socialista, eleito naquele período com mais de mil votos (CAMPOS, 2006). Guaracy representava o segmento anticlerical que buscava atenuar as ambições católicas.

Animados pelo exemplo de Guaracy, 29 protestantes candidataram-se nas eleições para deputado federal e também nas eleições estaduais em 1934. Porém, após a Constituinte, a comunidade protestante foi aos poucos se isolando, sendo somente no período pós-guerra que ela decidiu apoiar definitivamente um contingente de políticos (FRESTON, 1994).

As mudanças estruturais que ocorreram entre 1946 e 1964, tornando mais livre a participação nos pleitos eleitorais, favoreceram o envolvimento dos protestantes na política, algo que não será experimentado até 1986 (FRESTON, 1994). Nas eleições de 1947, houve um crescimento de deputados estaduais e vereadores evangélicos eleitos (ORO, 2006), e, na Câmara dos Deputados, foram eleitos cinco evangélicos durante a 39ª Legislatura (1951–

1954). Freston distingue três fases para explicar a presença protestante no Congresso antes das eleições gerais de 1986:

Entre 1947 e 1987, 50 protestantes tomam assento no Congresso, exercendo um total de 108 mandatos. [...] Em termos de igrejas, a ampliação do leque é lenta: de 5 na legislatura 1951-55 para 8 na de 1979-83. Há três fases, conforme a igreja predominante: de 1946 (ou de 1933) a 1951, uma fase metodista; de 1951 a 1975, uma fase presbiteriana; e de 1975 a 1987, uma fase batista. A fase metodista se resume a Guaracy Silveira. A presbiteriana corresponde à posição social desta igreja no mundo protestante. [...] Em número de mandatos exercidos (1946-87), houve 29 por presbiterianos (IPB), 25 por batistas, 15 por luteranos, 9 por metodistas, 9 por congregacionais e 7 por presbiterianos independentes (IPI). Apenas 5 por pentecostais

(FRESTON, 1994, p. 29-30)

Paul Freston comenta que durante a ditadura militar (1964–1985), a relação dos protestantes com o Regime foi próxima. Entre as denominações, a Igreja Presbiteriana do Brasil foi a que mais se destacou na defesa do Regime. A Convenção Batista do Brasil também endossou o seu apoio ao Golpe de 64, contrariando inclusive o posicionamento das lideranças internacionais da Igreja Batista, que, durante o Regime Militar, apresentavam posições favoráveis aos direitos humanos. Já a Igreja Evangélica de Confissão Luterana manteve uma postura crítica aos militares, emitindo documentos oficiais que alertavam sobre as práticas desumanas do regime, denunciando a repressão que ocorreu durante a ditadura. Em 1968, a Igreja Católica decidiu retirar o seu apoio ao Regime Militar, assim, o distanciamento dos católicos e a simpatia dos evangélicos pelos militares favoreceram uma aproximação entre os últimos (ORO, 2006).

Foi na década de 60 que surgiu o primeiro candidato oficial de uma igreja pentecostal. Levy Tavares, membro da Igreja Brasil para Cristo, foi candidato para deputado federal em 1962 pelo Partido Social Democrático (PSD). Com o início do bipartidarismo, resolve entrar no MDB, sendo reeleito em 1966, mas ele troca de partido na eleição de 1970, ingressa na ARENA e permanece na suplência do mandato.

Com relação ao envolvimento dos religiosos na política neste período, Freston observa que a presença protestante no Congresso só vai se consolidar a partir de 1950, configurando uma participação pluripartidária com pouca adesão sustentada por princípios ideológicos. Quase sempre estes políticos são oriundos da região Sudeste, vinculados

majoritariamente às igrejas protestantes históricas (FRESTON, 1994). Ainda sobre a presença dos evangélicos na política durante a ditadura, Freston (2001) observa que, mesmo com a afinidade deste segmento religioso com o regime, a representatividade nos cargos políticos permaneceu estável durante todo o período (1964–1985).

2.1 Anos 80: uma década de mudanças

Acompanhando as transformações que ocorriam no cenário político com o fim do Regime Militar e a transição para a redemocratização em meados dos anos 80, as maiores igrejas pentecostais e neopentecostais decidiram ingressar na política, rompendo com a postura sectária e isolada de outrora, apresentando candidaturas oficiais das igrejas, de forma organizada, em defesa dos seus interesses corporativos, motivados por valores religiosos (MARIANO, 2010). Com o início do pluripartidarismo e o fim da ditadura militar, a disputa eleitoral em torno dos evangélicos intensificou-se. Lideranças religiosas foram procuradas e passaram a contribuir como cabos eleitorais. Diversos candidatos agiam de forma independente, levantando o lema “evangélico vota em evangélico”. Essa nova postura já não era novidade em 1978, ano que o jornal assembleiano *Mensageiro da Paz* passou a divulgar a máxima “*crente vota em crente*” (FRESTON, 1994).

Paul Freston (1993) questionou como lideranças pentecostais, principalmente aquelas vinculadas à denominação pentecostal Assembleia de Deus, decidem mudar o panorama tradicional no qual o discurso muitas vezes utilizado por elas era “*crente não se mete em política*” (FRESTON, 1993). O marco desta transformação ocorreu na Assembleia Constituinte, no momento em que lideranças da Assembleia de Deus — receando que a nova Carta Magna colocasse limites na liberdade religiosa dos evangélicos e estabelecesse a Igreja Católica como religião oficial —, decidem ingressar na carreira política. Em janeiro de 1985, a Assembleia de Deus decide organizar a sua Convenção Geral, realizada em Anápolis (GO), momento em que várias lideranças religiosas discutiram sobre a importância da Constituinte. Para romper com a postura apolítica dos assembleianos mais antigos, a Igreja resolveu convidar políticos evangélicos de outras denominações, como Iris Rezende da Igreja Cristã Evangélica e Daso Coimbra da Igreja Congregacional (FRESTON, 1994).

Um fato que influenciou a entrada da Assembleia de Deus na política foi o lançamento do livro *Irmão vota em Irmão*, do assembleiano Josué Sylvestre. A obra serviu

como uma espécie de convocação dos evangélicos, sustentada por preceitos bíblicos, procurando mostrar a importância da entrada deste segmento religioso na política. A Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ) seguiu o exemplo da Assembleia de Deus e, mesmo contrariando a direção internacional da denominação, decidiu lançar candidaturas oficiais. Seis estados apresentaram candidaturas da IEQ, sendo eleitos dois deputados federais e dois estaduais (FRESTON, 1994).

A inserção evangélica, a partir 1986, era identificada principalmente nos partidos conservadores ou fisiológicos e muitos destes deputados apresentavam uma origem social mais baixa. A classe política pentecostal basicamente era representada por comunicadores, familiares de pastores e empresários (FRESTON, 1993). Durante a Constituinte, Freston identificou a ocorrência de diversas tentativas, principalmente por parte dos protestantes históricos, de aglutinar esses parlamentares evangélicos, mesmo sendo dispersos partidariamente. Como o autor afirma:

As diretrizes eram a unidade em questões comportamentais, a postura positiva para com o governo e o esvaziamento religioso de questões como a reforma agrária. A bancada foi logo contestada por uma minoria com outra concepção de política. Posteriormente, surgiu uma liderança pentecostal mais “agressiva” no estilo e menos direitista

(FRESTON, 1993, p. 282)

Com relação à temática desenvolvida pelo setor evangélico no espaço Legislativo, Freston argumenta que em “termos legislativos, os evangélicos deram ênfase à família, à mídia e ao simbolismo religioso na vida pública. Segundo a nota DIAP, os pentecostais constituíram mais um centro fisiológico do que uma direita ideológica” (FRESTON, 1993, p. 282), uma conduta que estava concentrada na busca de benefícios para as igrejas, satisfazendo os interesses de cada agremiação religiosa, em detrimento do bem comum. Em suma, Freston chega a uma importante conclusão sobre a questão da crescente participação evangélica na política, mais precisamente sobre o grau de pluralidade dos evangélicos nos espaços políticos de discussões, dificultando assim a formação de um grupo coeso, mas que também isso pode ser considerado bom para a democracia. Segundo o autor:

O protestantismo brasileiro, por mais que cresça, não formará uma neocristandade evangélica. O campo evangélico é segmentado por essência; todos os esforços de unificá-los serão contestados. O fato de que

a religião que mais cresce no Brasil e que tem mais ambição política é institucionalmente dividida e opera num formato pluralista é bom para a democracia, quaisquer que sejam as pretensões de alguns líderes
(FRESTON, 1993, p. 287)

Com o início dos trabalhos na Assembleia Constituinte, em 1987, foi possível identificar o exato momento em que se constituiu o grupo evangélico parlamentar. Como exercia um papel importante para suas instituições religiosas, este grupo tornou-se objeto de análise em temas que, em determinadas circunstâncias, demonstravam o caráter conservador de uma parcela relevante dos parlamentares evangélicos eleitos naquele período. Apesar do prolongado afastamento da cena política, os evangélicos passaram a manifestar sinais de interesse pelas questões de ordem pública, e ingressaram na política levantando as bandeiras da moralidade privada associada com uma postura fisiológica. Os evangélicos autointitulavam-se como os representantes de Deus, do “Deus do povo”, ou seja, “da maioria da população”, pois, segundo os mesmos, trata-se de uma maioria que é cristã (PIERUCCI, 1989). Na concepção dos parlamentares evangélicos, estava em jogo a defesa dos interesses da maioria da sociedade, caracterizada como uma “maioria moral”.

Foi em nome desta “maioria moral”, medida com o metro da moralidade privada convencional, religiosa, mas não denominacional, que eles lutaram na Constituinte contra o aborto [...], contra o jogo [...], contra o homossexualismo [...], contra as drogas [...], contra o feminismo [...], contra a pornografia, contra a ilimitada dissolução da sociedade conjugal pela liberação do número de divórcios e a liberação dos métodos contraceptivos abortivos. Em nome da “maioria da sociedade” eles puseram-se em campo a favor de uma censura de costumes na TV, no rádio, no cinema e em outros tipos de espetáculos, a favor da educação religiosa nas escolas e, até mesmo, na programação das emissoras de TV

(PIERUCCI, 1989, p. 112)

A participação evangélica na Câmara oscilou entre seis e doze parlamentares até a 47ª Legislatura (1983–1987). No entanto, em comparação com as legislaturas anteriores, foi a partir da Assembleia Nacional Constituinte que os evangélicos começaram a garantir uma posição de destaque na política, ingressando em maior número e obtendo melhores resultados. A bancada pluripartidária dos evangélicos era composta por 33 membros em 1986. Ricardo Mariano observa que na 48ª Legislatura (1987–1991), foi possível identificar uma mudança radical em termos de representação política do segmento evangélico no Congresso Nacional. Os deputados de orientação pentecostal tornaram-se maioria,

assumindo de forma inédita e imprevista o papel político principal no campo evangélico. Esse protagonismo manteve-se nas próximas legislaturas, sob a liderança das igrejas Universal do Reino de Deus e Assembleia de Deus (MARIANO, 2010).

No Brasil, a inserção de políticos evangélicos acabou resultando em uma politização do discurso religioso (BURITY, 2006). A emergência desses novos intérpretes reforça a ideia de expansão dos horizontes do político, moldando novas estruturas e práticas de atuação. Entende-se que a politização representa um investimento na política que implica em uma mudança do discurso religioso, ocasionando oposições políticas no interior da arena religiosa, uma estratégia que pretende ocupar espaços na esfera pública por organizações religiosas, que se propõem a “salvar” a política de práticas como, por exemplo, a corrupção (BURITY, 2006) ou dos ataques aos valores da moralidade, da família tradicional e aos “bons costumes”.

Para buscar a compreensão deste fenômeno político, ou seja, a participação dos evangélicos na conjuntura eleitoral, Burity destaca uma série de questões e representações sobre as eleições presidenciais. O autor condensa estas questões em quatro aspectos sem pretender sistematizar:

Em que medida esta crescente presença eleitoral e parlamentar diz respeito a um deslocamento do político para outras áreas do social, em função da crise ou esgotamento das práticas e instituições tradicionais da política; como balancear a discussão sobre o carisma institucional das igrejas com a heterogeneidade organizacional e política do campo evangélico; se existe uma clivagem religiosa no sistema político brasileiro, que apontaria para uma tendência à confessionalização; e a urgente necessidade de dar maior rigor conceitual às relações entre religião e política/partido/voto.

(BURITY, 2006, p. 177-178)

Sobre as hipóteses levantadas pelo autor, ao contrário de diversos autores, Burity não crê na tese de uma despolitização do político, devido a uma crescente participação religiosa nas diferentes esferas políticas. A hipótese do esgotamento do político não responde a um dado objetivo do processo em curso.

2.2 Década de 90 e a virada do milênio

Em 1990, a representação evangélica no Congresso caiu para 22 deputados. A queda foi explicada no interior e fora das denominações evangélicas como uma reação dos eleitores ao tipo de atuação que os parlamentares religiosos vinham desempenhando na legislatura anterior, caracterizada, em alguns casos, como fisiológica e antiética (ORO, 2006). Diante deste cenário, a partir de 1990 surge entre os evangélicos situados nos partidos de esquerda o Movimento Evangélico Progressista (MEP). Segundo Freston (1994), o movimento procurava diferenciar a política evangélica após os escândalos que ocorreram durante a Constituinte e o apoio irrestrito na eleição de Collor.

O MEP se vê como *movimento* (uma associação informal e suprapartidária), como *evangélico* (conservador na teologia, afirmando a Bíblia, a evangelização, a conversão e a oração) e como *progressista* (comprometido com mudanças estruturais). Incentiva a filiação a movimentos sociais, sindicatos e partidos [...]. O crescimento das igrejas, deterioração ética da vida pública, do outro lado, têm produzido uma nova consciência política em amplos segmentos evangélicos

(FRESTON, 1994, p. 111-112, grifos do autor)

Entre os principais expoentes do MEP, encontram-se a deputada federal Benedita da Silva, o ex-deputado federal Wasny de Roure e o cientista político e pastor anglicano Robinson Cavalcanti, todos filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT). Durante a campanha de Lula em 1989, Cavalcanti liderou o movimento evangélico pró-Lula.

Em 1994 houve um tímido crescimento do segmento evangélico para 31 parlamentares. Foi durante as eleições gerais daquele ano que surgiu a figura do pastor presbiteriano Caio Fábio D'Araujo Filho, presidente da Associação Evangélica Brasileira (AEVB), fundada em 1991. Caio destacou-se pela sua postura questionadora da prática política dos evangélicos e por afirmações como: “estar cheio de políticos evangélicos que se preocupam em colocar o nome de Deus na Constituição. Política é coisa para se fazer em nome do homem, não em nome de Deus” (FRESTON, 1994, p. 100). Neste período surgiu outra entidade que reivindicava o domínio sobre o segmento evangélico no Brasil, o Conselho Nacional dos Pastores do Brasil (CNPB), fundado em 1992 e que contava com o apoio da Igreja Universal, da ala dissidente da Assembleia de Deus Madureira, Casa da

Benção, Internacional da Graça de Deus, Convenção Batista e a Renascer em Cristo. Nas eleições de 1994 ocorreu a ruptura das entidades.

A AEVB, presidida por Caio Fabio, lançou um documento intitulado “Dez mandamentos do Voto Ético”, no qual pregava [...], que nenhum eleitor evangélico deveria se sentir culpado por ter posições políticas diferentes de seu pastor, cujas opiniões deveriam ser consideradas como as de um cidadão comum e não como profecias divinas. Por seu turno, o CNPB contra-atacou, defendendo o direito de o pastor adotar posições políticas e indicar candidatos aos seus fiéis, acusando Caio Fábio de estar aliado a Lula (ORO, 2006, p. 115)

O embate entre as duas entidades demonstrou a fragilidade e as divergências internas dos evangélicos perante os assuntos políticos. As duas associações não conseguiram incentivar o apoio deste segmento religioso, abrindo espaço para outras candidaturas evangélicas como, por exemplo, os candidatos iurdianos, que já contavam naquele momento com um amplo aparato de comunicação, militância religiosa ativa e recursos financeiros provenientes dos seus empreendimentos comerciais (ALMEIDA, 1996).

Em 1998, 2002, 2010 e 2014⁹ foram registradas as maiores representações evangélicas na Câmara, respectivamente: 53, 71, 77 e 75 deputados eleitos, com exceção de 2006, período que registrou uma nova queda, com 43 deputados evangélicos eleitos. Mudam as legislaturas e, conseqüentemente, muda, em alguns aspectos, a atuação do segmento evangélico, transformações essas que são perceptíveis também na Câmara dos Deputados.

Com o crescimento da participação religiosa na esfera legislativa, os evangélicos decidiram criar no início da 52ª Legislatura da Câmara dos Deputados, (2003–2007), a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), organismo que reúne deputados de diferentes segmentos evangélicos e orientações partidárias. A FPE, que durante a 53ª e 54ª Legislaturas atuou como grupo informal¹⁰, é uma associação civil de natureza não governamental, formada no

⁹ Por se tratar de um artigo que compreende apenas as legislaturas encerradas, não serão analisados os discursos proferidos durante a 55ª Legislatura (2015–2019).

¹⁰ Através de um contato realizado com os assessores da Câmara dos Deputados e pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), foi possível obter a informação de que a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) não existiu. Durante a 53ª e 54ª Legislatura. Os deputados evangélicos não buscaram o registro, e a FPE atuou informalmente. Para uma frente ser registrada, ela precisa ter mais de 170 membros (os evangélicos oscilavam nessas legislaturas entre 70 e 80 no máximo). Muitos parlamentares assinam o apoio destas frentes, mas não participam ativamente. Na verdade, a FPE só realizou o registro na legislatura em que foi fundada, ou seja, a 52ª Legislatura, em 2003, e na atual legislatura 55ª. De acordo com o seu registro publicado no DCD em

Congresso Nacional e que reúne Senadores e Deputados Federais¹¹ que pertencem às diversas legendas. A associação está sediada no Distrito Federal, e, segundo o seu estatuto, não possui fins lucrativos.

A FPE foi oficialmente inaugurada¹² em 18 de setembro de 2003. De acordo com o seu estatuto (2003), no Art. 1º a FPE representa “uma associação civil, de natureza não-governamental, constituída no âmbito do Congresso Nacional e integrada por Deputados Federais e Senadores da República Federativa do Brasil”. Contudo, apesar do caráter suprapartidário da FPE, e por agregar parlamentares de diversas denominações evangélicas, a frente não é um organismo coeso, visto que nem todos os deputados evangélicos se identificam com a FPE.

Com relação a sua organização interna, de acordo com o estatuto, no Art. 4º, a FPE é composta por três órgãos que exercem a função de direção:

- I) A Assembleia Geral, integrada pelos membros fundadores e efetivos, todos com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo, desde que eleitos para os diversos cargos.
- II) A Mesa Diretora, integrada por Presidente, Cinco Vice-Presidentes, com Três Tesoureiros, Cinco Secretários e Cinco Vogais.
- III) O Conselho Fiscal, constituído por Sete membros Titulares e Cinco Suplentes.

(ESTATUTO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2003, p. 1)

Conforme menciona o Art. 10º, todos os cargos de direção da FPE deveriam ser preenchidos por parlamentares que se encontram no exercício dos seus mandatos, regra que vale para a participação de suplentes de Deputados ou de Senadores que tenham assumido o mandato.

Enquanto organismo político, a fundação da FPE demonstra como já estava amadurecida, entre os religiosos, a discussão sobre a necessidade de uma entidade

09/11/2015, a FPE possui 199 deputados e 4 senadores. Nos últimos anos os evangélicos também se registraram como a Frente em Defesa da Família, que congrega outros parlamentares que não são evangélicos.

¹¹ Disponível em: <<http://frenteparlamentarevangelica.blogspot.com>>. Acesso em: 09 fev. 2013.

¹² A inauguração ocorreu através de uma solenidade que acabou reunindo parlamentares, lideranças de igrejas, artistas gospels e convidados em geral, evento realizado no Plenário Ulysses Guimarães, na Câmara dos Deputados. Naquela ocasião foi apresentado como presidente da FPE o deputado federal Adelor Vieira (PMDB-SC). Adelor Vieira, membro da Igreja Assembleia de Deus, estava no seu primeiro mandato como deputado na 52ª Legislatura. Para ele, a criação da FPE representou “uma vitória para a comunidade evangélica, que congrega milhões de adeptos em todo o país” (REVISTA DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2004, p. 5).

representativa do segmento evangélico na Câmara, da mesma forma como era perceptível um sentimento de aproximação entre os parlamentares evangélicos em torno de matérias legislativas que eram comuns, citando como exemplo, no primeiro ano de fundação, a alteração do novo Código Civil sobre o tratamento dado às igrejas, através da tramitação do Projeto de Lei nº 634/2003, que contou com uma forte mobilização da FPE para a aprovação do projeto na Câmara e no Senado. Deve-se destacar que a tramitação de projetos de lei constitui um momento em que é possível identificar os diferentes posicionamentos que entram em disputa, e, neste caso, a influência de valores, religiosos ou não, na promoção, elaboração, recusa ou aprovação desses projetos.

Para coordenar e avaliar o desempenho dos políticos evangélicos, três igrejas resolveram criar estruturas para realizar este trabalho com exclusividade. Servirão como exemplos neste artigo o trabalho desenvolvido pela Assembleia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus e a Igreja do Evangelho Quadrangular. A primeira, através do projeto Cidadania AD Brasil, criado pelo Conselho Político da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB) em agosto de 2001, estabeleceu como objetivo principal a promoção e a troca de ideias e experiências desenvolvidas na política. A organização busca realizar discussões em torno de princípios éticos, promovendo estratégias de atuação que pretendem despertar a consciência política dos eleitores, identificando o que consideram como os “valores de cidadania”, e selecionando, através de um trabalho permanente, aqueles membros da Igreja que são considerados os mais capazes para concorrer nas eleições e que apresentam vocação para a política¹³. No projeto da CGADB, o Conselho Político Nacional estabelece os seguintes critérios para a seleção de candidatos:

Define-se o candidato da Assembleia de Deus o pretendente que:

- 1) For preferencialmente membro da Igreja há mais de três (3) anos.
- 2) Der público e notório testemunho cristão.
- 3) Desfrutar de bom conceito.
- 4) Exercer liderança comunitária e tiver preparo para o cargo.
- 5) Tiver conhecimento da base doutrinária da Igreja.
- 6) Tiver seu nome submetido aos pastores e outros Líderes da Assembleia de Deus e for recomendado e indicado para participar da triagem dos nomes.

¹³ Informações obtidas no sítio eletrônico do projeto Cidadania AD Brasil. Disponível em: <<http://www.cidadaniaadbrasil.com/>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

- 7) Receber o credenciamento concedido pelo órgão competente da CGADB, através de encaminhamento da Convenção Estadual, após cumpridos os critérios estabelecidos pelo Conselho Político Municipal.
- 8) Assinar o Termo de Compromisso em que se explicarão as obrigações e direitos do interessado.
- 9) Não comprometer seu testemunho cristão, ético e moralmente.
- 10) Será considerado candidato nato o político detentor de mandato, que estiver de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Político das convenções e Ministérios Estaduais e Distrito Federal e Conselho Político Nacional

(PROJETO POLÍTICO DA CGADB¹⁴)

Para Ricardo Mariano (2010), a criação do projeto Cidadania AD demonstra o lado corporativo da Igreja. Essa tentativa de supervisão e amparo sobre os mandatos parlamentares obedece a uma forma institucionalizada, que se desenvolve através de um projeto político corporativo, criado com o propósito de monitorar e influenciar o processo de escolha dos candidatos e controlar a ação legislativa dos deputados assembleianos que compõem a Frente Parlamentar Evangélica (MARIANO, 2010).

Sobre a inserção dos evangélicos pertencentes à Igreja Universal do Reino de Deus na política, Leonildo Campos desenvolve um importante estudo sobre esta presença (CAMPOS, 2003). O autor identifica uma alteração profunda no que diz respeito ao comportamento e à mentalidade evangélica sobre a participação na política, e muito disto decorre da mudança no discurso, agora tratado como discurso de legitimação, de uma “escolha divina”. Segundo Campos, somente a Igreja Universal conseguiu eleger em 2002, nada menos do que 18 de seus membros, entre eles muitos pastores e bispos, e outros quatro que, embora não façam parte desta igreja, possuem algum tipo de vinculação com a mesma, devido ao apoio obtido.

Campos destaca que esta bancada era conduzida neste período pelo então Deputado Federal e Bispo Carlos Rodrigues (PL-RJ), uma das principais lideranças do grupo evangélico na Câmara Federal. Rodrigues foi eleito com 192.323 votos em 2002. A bancada composta pelos parlamentares vinculados à Igreja Universal, segundo o autor, “tem se mostrado a mais unida no parlamento brasileiro nos últimos anos”. Devido a toda esta capacidade de influência e negociação com os setores governistas, para Campos, “Rodrigues é tido como um deputado muito poderoso dentro do Congresso” (CAMPOS, 2003).

Campos argumenta que a caracterização do desempenho dos deputados da IURD, na Câmara, é tida como uma “missão” por parte de suas lideranças, cita como exemplo a

¹⁴ Disponível em: <http://www.cidadaniaadbrasil.com/p/quem-somos_1.html>. Acesso em: 02 fev. 2016.

afirmação do Bispo Carlos Rodrigues, onde as igrejas servem como um ponto de contato estabelecido entre seus fiéis e representantes políticos, desta forma o autor defende:

nos parece que o grande foco de interesse da IURD está na Câmara Federal, pois é nela que surgem temas e há Comissões que interessam muito de perto o império empresarial construído pela IURD. Na Câmara, esses “Políticos de Cristo” procuram se integrar em comissões-chave, por meio das quais possam interferir como grupo parlamentar de pressão, de forma a defender os interesses da igreja

(CAMPOS, 2003, p. 95)

Outra denominação que apresenta uma estrutura preocupada com o processo de seleção de suas candidaturas oficiais e o monitoramento da atividade dos eleitos é a Igreja do Evangelho Quadrangular. A Igreja criou o Projeto Estadual de Cidadania, cujo propósito é formar quadros políticos capacitados e estabelecer normas para os membros que postulam candidaturas (MACHADO, 2015). No seu portal, a Igreja procura esclarecer a importância da inserção na política e de como a denominação pode contribuir para a seleção de candidatos capazes de representar os interesses da população.

A Igreja do Evangelho Quadrangular sempre teve uma forte participação no cenário das políticas públicas. Muito porque, apesar de haver certa relutância por parte de muitos membros do ministério que acreditam na premissa: “Religião não se mistura com política”, este é um sistema organizacional absolutamente necessário para que haja ordem e democracia entre as pessoas de uma sociedade. Política não pode ser algo alheio a muitos e acessível a poucos, mas DEVE SER COMPARTILHADA ENTRE TODOS, porque também é algo que reflete na vida de todos. A Secretaria Estadual de Cidadania está disposta a esclarecer e compartilhar com você sobre os temas da política, a fim de que a nossa Igreja possa ser bem representada no País, Estado e Municípios, e também possa representar os interesses do povo de Deus, baseando-se nos ensinamentos e preceitos Bíblicos para fazer leis e ajudar a reger uma sociedade melhor

(SECRETARIA ESTADUAL DE CIDADANIA¹⁵)

Para aqueles candidatos postulantes às prévias das eleições, a Secretaria Geral estabelece algumas normas para a seleção dos nomes que poderão receber apoio financeiro, assessoria e acompanhamento da equipe. O postulante precisa apresentar os seguintes documentos: certidão negativa de débito para com a Igreja, certidão negativa de

¹⁵ Disponível em: <<http://www.portaigrejaquadrangular.com.br/portal/novidades/cidadania.asp>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

débito com o Serasa e também com o Serviço de Proteção ao Consumidor. O postulante também precisa mostrar a certidão de quitação com as obrigações eleitorais (MACHADO, 2015). Cabe à comissão eleitoral da região a avaliação de tais documentos.

Os projetos apresentados respectivamente pela Assembleia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus e Igreja do Evangelho Quadrangular demonstram a capacidade destas denominações de estabelecer mecanismos de controle dos seus candidatos e também dos mandatos parlamentares. Associado a isso está o *modus operandi* corporativista dessas denominações que buscam proteger os seus interesses, ampliando a participação na esfera legislativa.

No atual cenário político brasileiro, é preciso considerar a receptividade e também a hostilidade que os evangélicos encontram por parte de parlamentares, partidos e governadores das mais diversas orientações ideológicas. A cultura política nacional, segundo Ricardo Mariano, tem contribuído para reforçar este ativismo político, visto que, a cada eleição, o apoio eleitoral evangélico é disputado pelos candidatos a cargos legislativos e executivos (MARIANO, 2010), onde muitos exigem o apoio político em troca de favores corporativos, na concessão de recursos e na formulação e implementação de políticas públicas realizadas em parceria com igrejas. O envolvimento de políticos evangélicos, nos últimos anos pode ser caracterizado como:

sistematicamente requerido, estimulado, cobrado, barganhado por considerável parte da classe política brasileira, o que tem como efeito imediato reforçar, incrementar e legitimar a presença, a participação, a influência, o poder de pressão e de barganha desses religiosos na esfera pública, espaço no qual também atuam intensamente por meio de suas emissoras e redes de rádio e tevê, de jornais, revistas, gravadoras e mercado editorial

(MARIANO, 2010, p. 107)

O cenário de análise explorado neste artigo exige a atenção sobre as relações entre Estado e religião, visto que é cada vez mais presente a atitude dos atores políticos religiosos de ressignificação do político, de pluralidade de práticas, de um maior envolvimento do segmento evangélico sobre as questões públicas, na tentativa de influenciar as políticas públicas, uma atuação que, de acordo com os fundamentos da Frente Parlamentar Evangélica, busca agir na “defesa da família e da sociedade brasileira”, operando através de uma prática legislativa que busque o respeito aos “bons costumes” e à “moralidade”.

Considerações finais

O aumento da participação dos evangélicos na política exigiu e continua exigindo uma mudança estratégica nos espaços de atuação do Poder Legislativo. Essas transformações ocorrem seja através das exigências do processo legislativo em si — mediante as regras e procedimentos que organizam a apresentação de propostas, fiscalização e aplicação de recursos, ou outra atividade de natureza representativa —, seja pelas exigências que as próprias organizações religiosas exercem sobre os seus representantes, mais precisamente na cautela que os parlamentares devem desempenhar no momento em que são tratadas as questões relacionadas à defesa da família, da moral e dos bons costumes, associado ao compromisso que os evangélicos devem ter nas circunstâncias que estão em jogo os interesses corporativos.

É possível observar que a forma como esse segmento religioso vem atuando nas últimas legislaturas da Câmara dos Deputados contribuiu para forjar um novo perfil de atuação parlamentar. Atentos aos tramites legislativos, nos momentos de sustentação de seus posicionamentos, esses parlamentares não poupam argumentos que buscam mesclar assuntos de conotação religiosa, com elementos provenientes de outros campos, tais como o político, o científico e o jurídico.

Diante da emergência de assuntos políticos e da importância da participação nos canais de representação, os evangélicos abandonaram a postura sectária e arreada de outrora e passaram a adotar uma conduta cada vez mais atrelada aos temas e questões próprios da agenda parlamentar. Sobre o envolvimento evangélico na política, Regina Novaes (2002) observa que diversos recursos do “fazer político” originam-se no campo religioso. Os símbolos religiosos quando utilizados de forma instrumental são inseridos nas discussões promovidas sobre questões humanas e também são mobilizados para fins políticos. Tanto na política quanto na religião, estão presentes razões, certezas, normas morais e sentidos para a vida, pois, ambas são capazes de despertar o entusiasmo, a “paixão”, que tanto a crença religiosa quanto a representação e participação na política pressupõem (NOVAES, 2002). O crescimento da força das religiões no espaço público perpassa por esse processo de politização das questões que são debatidas no meio pentecostal. Trata-se de um cenário de metamorfoses, de (re)configurações que expõem um segmento religioso maleável, sujeito a influências de diferentes formas de atuação

provenientes de outros grupos de interesse que atuam na política. Esses elementos podem contribuir para o entendimento do novo perfil de ação dos políticos evangélicos que, para fazer valer as diferentes reivindicações inseridas em uma agenda conservadora, procuram transmutar a retórica.

Referências

BURITY, J. A. Religião, voto e instituições políticas: notas sobre os evangélicos nas eleições de 2002. In: BURITY, J. A; MACHADO, M. D. C. (Orgs.) *Os Votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006, p. 173-213.

CAMPOS, L. S. Evangélicos nas eleições de 2002 – os avanços da Igreja Universal do Reino de Deus. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2003, p. 83-100.

CAMPOS, L. S. De políticos de Cristo – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BURITY, J. A; MACHADO, M. D. C. (Orgs.) *Os Votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006, p. 29-89.

COSTA, H. M. P. *A influência da Constituição de 1824 na implantação do protestantismo no Brasil*. Dissertação de mestrado, São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 1999.

FRESTON, P. *Protestantes e política no Brasil: Da Constituinte ao Impeachment*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993, 303 p.

_____. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontro Editora, 1994.

_____. *Evangelicals and Politics in Asia, Africa and Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

GERTZ, R. Os luteranos no Brasil. *Revista de História Regional*, nº 6, 2, 2001, p. 9-33.

MACEDO, E.; OLIVEIRA, C. *Plano de poder: Deus, os cristãos e a política*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

MACHADO, M. D. C. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. *Religião & Sociedade*, 35(2), 2015, p. 45-72.

MAFRA, C. *Os evangélicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARIANO, R. Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista. In: SANTOS, H. (Org.) *Debates pertinentes: para entender a sociedade contemporânea*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 112-138.

_____. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

NOVAES, R. Apresentação In: FERNANDES, R. C. (Org.) *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 1998.

_____. Crenças religiosas e convicções políticas: fronteiras e passagens. In: FRIDMAN, L. C. (Org.) *Política e cultura, século XXI*. Rio de Janeiro: ALERJ/Relume Dumará, 2002, p. 63-98.

ORO, A. P. Religião e Política no Brasil. In: ORO, A. P. (Org.) *Religião e Política no Cone-sul, Argentina, Brasil e Uruguai*. São Paulo: Attar Editorial, 2006, p. 75-156.

PIERUCCI, A. F. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice, 1989.

PIERUCCI, A. F.; MARIANO, R. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos Cebrap*, 34, 1992, p. 92-106.